

AMAZÔNIA, AS FRONTEIRAS INTERNAS E A ORIENTAÇÃO MILITAR


The Amazon, the internal frontiers and the military orientation
Amazonía, las fronteras internas y la orientación militar

Felipe Hermeto de Almeida

Mestre e doutorando em Ciências Sociais para o Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ, CPDA, Rio de Janeiro, Brasil
hermeto@ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-0906-1366>



A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O presente artigo analisa a intensificação, no Brasil, do processo de militarização da política, em geral, e das questões agrárias e ambientais, em particular, que atingiu um ápice – e um paradigma – no governo Bolsonaro. Demonstra, assim, como a região amazônica ocupa uma posição de alicerce na construção dos discursos e do exercício do poder militar. Para isso, é realizada uma genealogia das práticas, presenças e planejamentos militares sobre a região, com destaque para o conjunto de políticas implementadas durante a ditadura militar (1964-1985). Em seguida, expõe-se as transformações operadas pela caserna em sua posição no que concerne a Amazônia ao longo do período da redemocratização. A última e mais longa seção investiga como velhos planos e práticas foram reconfigurados para a promoção da expansão da fronteira agroextrativista na Amazônia, assim como das novas fronteiras de acumulação de capital imbricadas nos processos de financeirização da natureza e as articulações militares e empresariais que permeiam esses circuitos.

PALAVRAS-CHAVE: Militarização. Amazônia. Fronteira

ABSTRACT

This article analyzes the intensification, in Brazil, of the processes of militarization of politics, in general, and of the agrarian and environmental issues, in particular, which reached its apex – and paradigm – in the Bolsonaro government. It demonstrates how the amazon region occupies a key position in the construction of military discourses and exercise of power. For this purpose, we sketch a genealogy of military practices, presences and plannings for the region, highlighting the set of policies implemented during the military dictatorship (1964-1985). In the next section, we present the transformations operated by the military in their positions regards to the Amazon throughout the redemocratization period. The last and longest section investigates how old plans and practices are reconfigured to promote the expansion of the agroextractivist frontier in the Amazon, as well as new frontiers for capital accumulation involving the financialization of nature and the military and business articulations that permeates these circuits.

KEYWORDS: Militarization. Amazon. Frontier.

RESUMEN

El presente artículo analiza la intensificación, en Brasil, del proceso de militarización de la política, en general, y de las cuestiones agrarias y ambientales, en particular, que alcanzó un ápice —y un paradigma— durante el gobierno Bolsonaro. Demuestra, así, cómo la región amazónica ocupa una posición de base en la construcción de los discursos y en el ejercicio

del poder militar. Para ello, se realiza una genealogía de las prácticas, presencias y planificaciones militares sobre la región, con énfasis en el conjunto de políticas implementadas durante la dictadura militar (1964-1985). A continuación, se exponen las transformaciones operadas por la institución militar en su posición con respecto a la Amazonía a lo largo del período de la redemocratización. La última y más extensa sección investiga cómo antiguos planes y prácticas fueron reconfigurados para promover la expansión de la frontera agroextractivista en la Amazonía, así como de las nuevas fronteras de acumulación de capital imbricadas en los procesos de financiarización de la naturaleza y las articulaciones militares y empresariales que atraviesan estos circuitos.

PALABRAS CLAVE: Militarización. Amazonía. Frontera.

1 INTRODUÇÃO

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro foi marcado pelo aumento vertiginoso de militares em cargos da administração pública federal, o ápice de um processo que apresentava progressivo crescimento nas décadas anteriores. Os números, ainda à época de seu governo, variavam, com apontamentos entre 6.157 e 11.000 militares (HERMETO DE ALMEIDA, 2022), apesar de o levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou 6.157 militares, no entanto, estar restrito ao registro de um determinado momento, não abrangendo a totalidade do período do governo Bolsonaro, nem tampouco indicando as movimentações de militares entre diferentes órgãos e instâncias da administração, prática não raro adotada, uma vez que as transferências de cargos comissionados entre localidades implicam auxílios e vencimentos aumentados.

Houve também levantamentos mais específicos que identificaram a presença de militares em órgãos ambientais (SEIBT; RAMOS, 2020) e outros diversos registros indicando uma grande coordenação do governo, então, em restringir a atuação dos órgãos colegiados que, se não se restringia àqueles com competências ambientais, nestes teve uma expressiva incidência (GROSSI; MEDEIROS, 2022). No que tange a temática ambiental, no entanto, fora a inédita alocação de militares nos órgãos competentes, destaca-se as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (OpGLO) Verde Brasil 1, Verde Brasil 2 e Sumaúma com o declarado objetivo de coibir ilícitos ambientais, e cuja abrangência ultrapassou qualquer outro episódio de OpGLO.

Por meio de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental que envolve planos governamentais, documentos elaborados por instituições à *la thinktanks* e matérias jornalísticas, este artigo tem como objetivo identificar não somente a problemática da operacionalização ou dos “defeitos”, insuficiências ou efeitos das referidas OpGLO, mas identificar uma espécie de genealogia, quais os fundamentos, práticas e planos militares que as precedem, de que maneira convergem ou divergem nas experiências observadas no governo Bolsonaro e como reverberam para outros setores da sociedade, o que

pressupõe também construir um panorama das relações entre militares e diferentes setores da exploração econômica.

Para isso, resgataremos um breve histórico da atuação militar na região amazônica, em particular durante a ditadura militar (1964-1985), os planos e mecanismos de controle da população e dos territórios implementados. No segundo tópico, levantaremos a mudança institucional que ocorre nas posições e discursos das Forças Armadas (FA) ao longo da redemocratização. O terceiro tópico, far-se-á uma exposição da militarização da questão agrária e ambiental durante o governo Bolsonaro, trazendo os achados de uma pesquisa de doutorado em curso.

2 A CONSTRUÇÃO DA AMAZÔNIA COMO DUPLA VÁLVULA: 1ª VÁLVULA, A FRONTEIRA

É possível vincular o papel militar na longa história colonial da Amazônia, envolvendo as primeiras expedições e o progressivo estabelecimento de fortes que garantiram o domínio português na região ou mesmo como a insurgência armada de brasileiros garantiu o Acre como parte do país, como fez o general Carlos de Meira Mattos (1980) – patrono da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME) – ou Nelson de Figueiredo Ribeiro (2006), historiografia que ressalta a continuidade das FA brasileiras com as tropas coloniais – uma particularidade brasileira que difere das tradições simbólicas e historiográficas dos demais países da América Latina (DOMINGOS NETO, 2022; MARQUES, 2007) e eventualmente desembocará no mito fundacional do Exército Brasileiro (EB) no qual este se constitui anteriormente à independência do Brasil, na Batalha de Guararapes que, entre outros efeitos simbólicos, como sua articulação ao “mito das três raças”, simboliza o EB e a “nacionalidade” como anterior ao próprio Estado brasileiro independente, uma construção que se consolida com a criação do dia do Exército, em 1994, “na data de realização da primeira batalha dos Guararapes” (CASTRO, D’ARAUJO, 2001, p. 45).

Poderíamos também resgatar uma outra genealogia, já mais recente, de uma historiografia antropológica em que os militares figuram como elemento central, não só na implementação de infraestruturas, como o telégrafo, que, mais do que garantir meios de comunicação representativos da modernidade, simbolizavam a presença do Estado, promoviam a circulação de seus agentes no território e seu mapeamento, mas

principalmente viabilizavam a arregimentação de comunidades indígenas, caboclas, em suma, aquelas franjas populacionais que não se encontravam absorvidas pelo sistema de propriedade e produção vigente na virada do século XX, quando foi levada a cabo a Comissão Telégrafos Estratégicos do Mato Grosso e Amazonas (CTEMGA), chefiada pelo Marechal Rondon, cuja experiência seria utilizada no âmbito da criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que contou com uma parte considerável dos seus quadros de direção ocupados por militares.

Também podemos inserir nessa genealogia da presença militar na Amazônia, o esforço de guerra (da segunda guerra mundial) que direcionou centenas de milhares de trabalhadores para a região enquanto “Soldados da Borracha” (SECRETO, 2007; GALVÃO, 2011; PONTES, 2015) que, embora não tenha constituído uma operação propriamente militar, também lançou as bases de instituições como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Banco de Créditos da Amazônia, que viriam a ter fundamental importância nos projetos da Amazônia durante a ditadura.

E o período da ditadura (empresarial-)militar que mais nos interessa aqui, por apresentar um paradigma de planejamento para a região que, além de fixar as bases de um imaginário desenvolvimentista, apresenta consideráveis elementos para uma comparação histórica e para a demonstração de continuidades e rupturas na orientação militar.

A Amazônia foi talvez o ícone mais bem-acabado na expressão do nexo desenvolvimento-segurança nacional da ditadura, sendo foco de sucessivos programas e reorganizações administrativas. No que tange a questão agrária, um dos primeiros atos do regime foi a publicação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) (Brasil, 1964), que normatizava o projeto de modernização da agricultura desenvolvido pelo complexo IPES-IBAD, como contra-propostas às reformas de base popularmente reivindicadas até então (DREIFUSS, 1981), propugnando a conversão do latifúndio sob a lógica empresarial, lógica esta que deveria orientar também a conversão do campesinato em classe média (BRITO, 2025). Embora muito possa ser dito sobre esse Estatuto, é importante salientar que ele estabelece uma lógica de intervenção estatal sobre os conflitos fundiários que atingiram um *quantum*, variável, de instabilidade, promovendo a desapropriação em casos específicos e como último recurso de distensionamento, sob a rubrica de uma reforma agrária que age em pontos focais (isto é, não efetivamente reformando a estrutura fundiária). O Estatuto vai permear todas as iniciativas de

desenvolvimento agrário durante o regime – e seus efeitos (e dinâmicas que consagra) podem ser observados até hoje.

No que diz respeito às políticas propriamente voltadas à Amazônia, houve a reorganização do SPVEA em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco de créditos da Amazônia em Banco da Amazônia S.A. (BASA), implementando uma política vigorosa de incentivos fiscais para a instalação de iniciativas agropecuárias e industriais na região, que iniciava um novo ciclo de conflitos e apropriações de terra:

Alguns dos primeiros grandes grileiros, como Lanari do Val, os Malzone, os Lunardelli, figuram, já em 1966, entre os primeiros beneficiários do sistema de incentivos fiscais organizado em torno da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). As atividades do órgão, vinculado ao Ministério do Planejamento, foram pautadas pela Lei nº 5.174, que isentava de impostos de renda e taxas federais as atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, isentando ainda de taxas e impostos de importação máquinas e equipamentos. Na prática, a SUDAM se transformou num dispositivo de atribuição política de rendas para grileiros, que passaram a ser conhecidos como “sudamzeiros” (SANTOS JUNIOR, 2025, p. 50).

Portanto, já nos primeiros anos da ditadura, haviam sido estabelecidos os eixos orientadores do desenvolvimento e mobilizados os atores privilegiados pelo regime. Mas além de indivíduos como os acima citados, o mercado de terra na Amazônia passava a atrair grandes grupos econômicos, em operações que envolviam não somente a “quarta renda da terra” (isto é, a renda oriunda da especulação), como os “ganhos do fundador” (aqueles obtidos pela “incorporação” de terras, antes indisponíveis, ao mercado), como indica Ignacio Rangel (1986). Mas é na virada da década de 1970, com o lançamento do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1) e do Programa de Integração nacional (PIN), que se apresenta uma intensificação, até então inédita, na promoção do nexo desenvolvimento-segurança nacional. O PIN estabelecia o traçado das grandes rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e declarava uma faixa de 10 km, posteriormente estendida a 100 km, nas suas margens como área de segurança nacional com destinação prioritária a projetos de colonização, regulados pelo Estado central.

Três autores foram fundamentais na leitura daqueles eventos: Otavio Velho, Otavio Ianni e José de Souza Martins. Martins (1996) observa a longa trajetória do campesinato, imbuída de messianismo e da busca pela “terra prometida” em um movimento que deslocava massas do nordeste cada vez mais ao norte, um movimento espontâneo de

migração, constantemente confrontado pelo “cativeiro”, a chegada e consolidação do latifúndio nas frentes de expansão abertas pelos posseiros. Ianni (1979) propôs a categoria de colonização como contrarreforma agrária, uma vez que o regime militar, por um lado, via com suspeita os fluxos de camponeses que se deslocavam para a Amazônia e os grandes projetos de colonização determinavam as áreas escolhidas pelo governo federal para canalizar os fluxos populacionais dispersos e condicionar o acesso à terra à adesão ao programa oficial. Por outro lado, ao propugnar um grande programa de colonização no Norte, a ditadura sinalizava aos camponeses e trabalhadores rurais do país, e inicialmente, em particular, do nordeste, uma suposta resolução pacífica da luta pela terra, assim preservando a estrutura fundiária concentrada – ou como coloca García (1972), a “constelação latifundiária” – das regiões centrais ou de estabelecimento mais antigo.

Nesse sentido, são relevantes os apontamentos de Velho (1976), no que diz respeito à dinâmica da fronteira. Em sua interpretação dos escritos de Lenin e dos estudos norte-americanos da fronteira, Velho (1976) indica que a fronteira funciona como uma “válvula de escape” determinante no desenvolvimento do capitalismo no campo. A fronteira representa, ao mesmo tempo, uma oportunidade de deslocamento dos conflitos das regiões mais densamente habitadas, ao passo que também se constitui em uma potencial ameaça para as classes dominantes, uma vez que seus efeitos emancipatórios – e uma nova configuração da estrutura fundiária, que permite maior acesso ao campesinato em busca por terra - podem reverberar sobre as regiões de ocupação mais consolidada. Por esse motivo, a fronteira deve ser meticulosamente regulada: nesse sentido, a função de “despressurização” dos conflitos fundiários conferida à grande fronteira amazônica constituiria a primeira “válvula”.

No entanto, ao mesmo tempo que a ditadura operava uma política direcionada à população rural empobrecida e despossuída, como forma de contenção, lançava, em 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) pelo Decreto-Lei nº 1.179 de 06 de julho de 1971 (BRASIL, 1971) e, em 1974, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) pelo Decreto nº 74.607 de 25 de setembro de 1974 (BRASIL, 1974). O primeiro voltava-se a modernização “pequenos e médios produtores” que já contassem com alguma capitalização; o segundo estava orientado ao estabelecimento da iniciativa privada em áreas prioritárias contando com investimento público, mas também previa “o zoneamento adequado do uso dos recursos naturais, bem como a destinação de áreas

para reserva florestais e biológicas, parques nacionais e reserva indígenas” (BRASIL, 1974).

Observa-se que a ditadura construía uma setorialização da ocupação na Amazônia sob o mote da ocupação do “deserto verde”, dos “vazios demográficos”. O *slogan* “integrar para não entregar” pressupunha uma divisão daquele território entre diferentes modalidades de ocupação: uma modalidade “terra sem homens para homens sem terra” dos projetos de colonização delimitar-se-ia com zonas de desenvolvimento de pequenos e médios produtores modernos e empreendimentos empresariais de maior porte: muitas vezes sobrepostos, esses zoneamentos, não raro, ocasionavam conflitos, nos quais geralmente os posseiros acabavam sendo expulsos, e essa dinâmica funcionava ela mesma como força motriz da frente de expansão. Como observa Ianni (1979), o perfil dos próprios projetos de colonização na região, originalmente focalizados na atração dos fluxos populacionais vindos do Nordeste, passaram, a partir de 1974, a privilegiar os sulistas, que supostamente chegariam com maior capacitação técnica nos métodos modernos de produção e algum capital inicial; tal reorientação pleiteava o fim das “favelas rurais” que o regime então apontava. Martins (2017) observa que essa mudança no perfil prioritário dos projetos de colonização também dialoga com a derrota da Guerrilha do Araguaia, e a percepção, pelo regime, de que a ameaça do comunismo e de uma revolução camponesa havia se dissipado.

E no entanto, um elemento que pouco analisado nessa setorialização da Amazônia pela ditadura, é aquele da criação de espaços de conservação ambiental (Unidades de Conservação (UC), no atual léxico jurídico). Como fartamente documentou Barreto Filho (2001), essa faceta “ambiental” se deu tanto por pressões internas e internacionais frente à devastação de indígenas e ecossistemas – com a criação de enormes Parques Nacionais e Reservas Biológicas que reproduziam o “mito da natureza intocada” (DIEGUES, 2001), isto é, espaços que seriam reservados da presença humana como exemplares de uma natureza imaculada; ao passo que os próprios povos indígenas seriam objeto de uma “preservação” museológica, incluindo aí fins turísticos – como também atendia ao interesse de compor uma “malha programada”, “ilhas de *wilderness*” (BARRETO FILHO, 2011) em meio a um mar de desenvolvimento, que atuariam como barreiras ou balizas aos fluxos populacionais, engendrando um mosaico de controle sobre o controle e uso do território.

Já o fim da década de 1970 marcaria o início dos grandes projetos minerários na região Amazônica, com o Programa Grande Carajás, acompanhado da construção da hidrelétrica de Tucuruí, que forneceria energia a preços subsidiados aos empreendimentos

minerários. A mineradora, então estatal, Vale do Rio Doce funcionaria de instrumento mediador dessa exploração junto ao capital nacional, como junto ao grupo Votorantim, e (em grande parte) estrangeiro por meio de *joint ventures* (com as empresas NAAC, Alcan, Billington) para extração e processamento básico da bauxita, alumina e alumínio. A chegada desses empreendimentos erigiu cidades que Becker (2001, p. 70-73) chamou de “postos de vigilância e defesa”, cidades geridas pelas empresas que se ocupavam da segurança, ações assistenciais, instalação de infraestrutura.

Por outro lado, há que se observar como um outro segmento da mineração, o garimpo, disputava também o acesso às jazidas e muitas vezes entrava em choque com o avanço da grande mineração empresarial (mais uma vez, conflitos que catalisavam as frentes de expansão, com ambos os “braços” da mineração em conflito com os indígenas da região). Novamente, a ditadura jogava em duas frentes. Por um lado, articulava com o grande capital a instalação de grandes projetos. Por outro lado, agentes notórios como o Major Curió atuavam como *ombudsman* do regime, cumprindo, progressiva e simultaneamente, a função de pacificador (com uma reconhecida experiência em contra-insurgência desde sua atuação contra os levantes camponeses no sul do país e, em especial, na sua proeminente posição na Guerrilha do Araguaia, passando a atuar como “espécie de vice-rei do Pará” (MARTINS, 1984), gestor e “organizador” do garimpo de Serra Pelada e seus entornos e representante dos garimpeiros, o que lhe rendeu uma carreira política que alçou posições de prefeito e deputado federal, e até uma cidade com seu nome Curionópolis. Segundo Leirner (2024), essa experiência inaugurou o que chama de “padrão Curió”, que consiste em:

“(1) a experiência de combate em um ambiente semelhante [amazônico], com todo um direcionamento posterior para atuação de —forças especiaisll e - atividades de inteligência/repressãooll; (2) a organização sociopolítica numa área de controle (para)militar; (3) o controle econômico dos acordos de mineração e toda a atividade paralela que decorreu do controle político e social tanto das populações trabalhadoras quanto das elites locais, determinando ações que iam de sindicatos a transações bancárias, por exemplo-” (LEIRNER, 2024, p. 242).

Dois pontos relevantes emergem dessa indicação de um “padrão Curió”: o primeiro diz respeito ao que Almeida (1980) descreveu enquanto uma reconfiguração na estratégia de segurança nacional com o revigoramento do poder regional, cujos exemplos do Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e do Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (GEBAM). No começo da década de 1980 já estava em andamento as

articulações para uma “abertura lenta, gradual e segura” e o regime militar buscava reconfigurar suas bases de apoio; algo para o qual a categoria de “Estado de contrainsurgência” de Marini (1978) é bastante reveladora, ao apontar que o principal desafio das ditaduras latinoamericanas é produzir uma abertura e “normalização” da democracia parlamentar burguesa sob a direção do capital e sob a vigilância militar. Se em um primeiro momento, como ilustrado no Estatuto da Terra, a ditadura buscou concentrar o poder para dirimir os conflitos agrários, com iniciativas como GETAT buscava realinhar-se com as elites locais, ao repelir os pleitos dos posseiros na região de incidência do “Grupo”. Com isso, articulava “redes político-partidárias”; paradoxalmente, o arranjo também concedeu a estas elites locais oportunidades de representar algumas comunidades de posseiros, angariando capital político enquanto seus “defensores”.

Portanto, por um lado, a ditadura buscava reorganizar as elites regionais para o exercício do poder na democracia que se aproximava; por outro lado, erigia seus próprios “totens” locais, como Curió, em experimentos de controle e gestão direta do território. E esse é o segundo ponto a indicar sobre os desdobramentos do “padrão Curió”: 1985, no ano em que acabava a ditadura, tinha início o experimento do Projeto Calha Norte (PCN), que, observa Leirner (2024, p. 242) “pode representar o primeiro passo da ação que reconheceria oficialmente a demanda militar que garante a experiência de controle estatal “geral” sobre parte do território nacional”. Seguimos com a análise do PCN e dos novos arranjos militares no período da “Nova República”, no que se entende aqui como a “segunda válvula”.

3 A CONSTRUÇÃO DA AMAZÔNIA COMO DUPLA VÁLVULA: 2ª VÁLVULA, A AÇÃO POLÍTICO-MILITAR

Quando da criação do PCN, as Forças Armadas ainda gozavam, cada uma delas, de ministérios próprios, responsáveis, em dados sintetizados em 1991, pela destinação de aproximadamente 78% do orçamento do Projeto; seguidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), com aproximadamente 19% e o restante alocados em “outros” (OLIVEIRA FILHO, 1991, p. 326-329 apud DINIZ, 1994). Em um momento de instabilidade orçamentária do Estado brasileiro, o Calha Norte usufruía de extraordinária garantia de recursos. Note-se que, com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, este assumiu a

frente dos ministérios militares, sem que, contudo, houvesse alteração significativa dos repasses para as FA.

Segundo Monteiro (2021), o PCN possui duas vertentes: uma vertente militar, de “Manutenção da Soberania e Integridade Territorial” que direciona verba para a construção de infraestrutura militar, quartéis, aquisição de material; e outra vertente civil, de “Apoio às Ações de Governo na Promoção do Desenvolvimento Regional” que destina verbas para estados e municípios a serem aplicadas em serviços públicos (DEFESA, 2007 apud MONTEIRO, 2021, p. 72-73). Assim, o PCN aproximava os militares e as elites políticas locais que buscavam, junto ao *Projeto*, verbas para a prestação de serviços, com isso instaurando relações de clientela. Além disso, o PCN se expandiu de sua área original, para muito além da faixa de fronteira, conforme notícia emitida pelo governo ainda em 2021: “após 36 anos de existência, o PCN ampliou seu campo de operação e possui, atualmente, atuação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, abrangendo dez Estados e 442 Municípios, sendo 170 na faixa de fronteira” (BRASIL, 2021); uma capilarização extraordinária. O PCN, contudo, “após 40 anos de existência” foi transferido do Ministério da Defesa para o Ministério do Desenvolvimento Regional, em janeiro de 2025 (BRASIL, 2025).

Outras ferramentas institucionais também vão garantindo a presença das demais Forças. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e sua contrapartida técnica, o Sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM), anunciados à ocasião da Conferência Rio 92, garantiram à Força Aérea Brasileira (FAB) a competência na gestão de instrumentos para “uma nova modalidade de controle sobre o espaço amazônico, que prioriza a produção e o processamento de informações e os instrumentos de detecção remota” (MONTEIRO, 2021, p. 83). Como observa Monteiro (2021), inicialmente voltado à conservação, o complexo SIPAM/SIVAM foi direcionado crescentemente a iniciativas de combate a ilícitos, em particular ao narcotráfico, assim como a “topologia das ameaças” da época fomentava a guerra às drogas.

De maneira menos representativa, também a Marinha do Brasil (MB) foi construindo sua própria “competência amazônica”, com a progressiva criação da figura da “Amazônia Azul”, além das ações “cívico-militares” que a Força exerce junto às comunidades ribeirinhas e indígenas nos rios amazônicos. Dessa forma, tanto para o interior da corporação militar, mas também para seu exterior, vai se consolidando uma “potência ideológica que embute

uma percepção política: a de que os militares se pensam como uma “vanguarda” no gerenciamento de qualquer projeto de país que se preze” (LEIRNER, 2024, p. 247).

Nesse sentido, é imprescindível notar uma importante reconfiguração na prática, na presença e no discurso militar perante a Amazônia no período da “Nova República”. Como indica Marques (2007), anteriormente, a alocação de um militar nos Comandos da região amazônica (notando também que, em 2013, houve uma divisão do Comando Militar da Amazônia em dois, um homônimo recobrando a “Amazônia ocidental” – Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima – e o segundo passou a ser o Comando Militar do Norte, abrangendo a “Amazônia oriental” – Amapá, Maranhão, Pará e parte do Tocantins) era considerado uma condenação ao ostracismo e um empecilho à carreira dentro da corporação. Essa percepção viria a transforma-se radicalmente, com o estes Comandos amazônicos se tornando um elemento distintivo de prestígio. Essa transformação expressa, em grande medida, como as próprias FA, em particular o EB, passaram a plasmar a Amazônia como grande fronteira ameaçada, à medida que os discursos alarmantes quanto a uma “cobiça internacional” fermentavam e ganhavam crescente repercussão na caserna.

Se o próprio PCN já operara o redimensionamento e redução de Terras Indígenas (Baniwa, Tukano, Maku e Yanomami) na faixa de fronteira (ALBERT, 1992, p. 53 apud DINIZ, 1994), demonstrando uma desconfiança militar no que toca as populações indígenas, uma farta literatura proveniente do meio militar propagou – por meio de obras como “A farsa Yanomami” (MENNA BARRETO, 1995) ou os livros do coronel Gelio Fregapani, publicadas ou não pela biblioteca do Exército (Bibliex), além de uma série de monografias e TCCs do sistema de ensino militar – uma visão que apontava indígenas, ambientalistas, missionários e ONGs como expressões atualizadas de um “Movimento Comunista Internacional” (MARQUES, 2007).

O caso da demarcação contínua, e posterior homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2008, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) foi uma primeira ocasião em que, por um lado, eclodia abertamente a oposição do meio militar à política “civil”, ao passo que revelavam-se maduros os frutos daquele longo processo de galvanização da tropa no que tange a temática da Amazônia. Generais nas posições mais altas mobilizariam o espírito de corpo do EB: como registra Moreira (2021), primeiro a partir de declarações do general Maynard Santa Rosa, quando alocado no Ministério da Defesa; Santa Rosa foi seguido pelo general Augusto Heleno. O primeiro foi exonerado sem demora, já o general Heleno foi somente advertido, sem que isso impedisse que continuasse a pronunciar suas declarações contrárias à homologação da TIRSS de forma

contínua. Heleno só seria exonerado praticamente um ano após. Moreira demonstra, ao investigar as trajetórias dos dois generais insubordinados, que Heleno, à época comandante do Comando Militar da Amazônia e por conta de toda sua carreira, mais do que um superior, era lido pela caserna enquanto um líder, ao contrário de Santa Rosa, o que teria contribuído para as punições muito distintas. Além disso, Moreira também indica que a insubordinação de Heleno cumpriu uma paradoxal função para a produção de coesão interna entre os militares, mesmo que em oposição e tensionamento com o poder civil. E o cenário vai se agravando com a instauração da Comissão da Verdade, em 2010. O caso da TIRSS marcaria um ponto de inflexão, segundo Leirner, a abertura de uma “caixa de Pandora” com uma “oposição que começa a se criar ao governo petista entre oficiais da reserva tomando o tema indígena como pano de fundo” (LEIRNER, 2020, apud MONTEIRO, 2021, p. 85). Iniciava-se

um padrão para uma série de ações militares posteriores, com um movimento de “rebelião controlada” contra os governos que se seguiram até 2019 (Cavalcanti-Schiel, 2009). A pretexto de uma “intervenção” (do governo? Do Estado?) em uma “área militar” ou “sensível”, criou-se uma válvula de escape para uma nova ação político-militar, que, por sinal, parece ainda estar longe do final. (LEIRNER, 2024, p. 247).

Portanto, identificamos com Leirner (2024), o que chamamos de segunda válvula, a da Amazônia enquanto válvula para a ação político-militar.

A tropa estava galvanizada. Muito embora não seja o foco deste artigo, é incontornável registrar, como Leirner (2020) havia identificado, que, em 2014, Bolsonaro já apresentava sua oratória de tomada da Presidência da República e o intuito de levar o país à direita na formatura dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) – presença que contava com a anuência da cadeia hierárquica do EB, uma vez se tratar de um dos principais eventos anuais da Força, sendo a AMAN um estreito corredor por onde devem passar todos aqueles que aspiram ao generalato. A presença de Bolsonaro repetiu-se todos os anos até o ano eleitoral de 2018, mesmo ano em que o general Villas Bôas, na posição de Comandante do Exército, em consonância com o Alto Comando de sua Força – segundo ele mesmo relatou em entrevista (CASTRO, 2021a) –, publicou a série de “tuítes” que “alertavam” o STF na véspera do julgamento de *habeas corpus* de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja decisão levou ao seu encarceramento. A história já sabemos. Fernando Haddad assumiu a frente da candidatura do PT contra Bolsonaro na eleição presidencial de 2018,

cuja vitória foi deste último. Passemos, portanto a analisar as políticas daquele governo no que tange a governança da Amazônia.

4 BOLSONARO E A MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL

Eleito com muitas promessas, entre elas de não demarcar 1 cm de terra para indígenas, UCs ou assentamentos, de “dar uma foçada na FUNAI” (INA, 2022), e outras ameaças, os primeiros meses do governo Bolsonaro foram marcados por uma profunda reorganização da administração pública federal, mudanças no organograma de ministérios, com a órgãos como o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) sendo realocado do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA) – onde historicamente esteve – para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); a FUNAI passando do Ministério da Justiça (MJ) para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH, como passou a ser chamado o Ministério dos Direitos Humanos) – apesar da competência pelos processos demarcatórios acabar permanecendo no MJ; e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (que durante as gestões petistas esteve sob o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com Temer passou para a Casa Civil e com Bolsonaro) passou para o MAPA. Esta lista não exaure todas as relocações, mas indica como os órgãos ambientais, fundiários e indigenistas foram alvejados.

Os cargos de direção destes órgãos passou por um profundo processo de militarização. No INCRA, o general João Carlos Jesus Corrêa assumiu a presidência da autarquia, e o coronel João Miguel Souza Aguiar Maia de Sousa, a ouvidoria agrária do órgão, responsável por dirimir os conflitos fundiários – coronel este que conta com *expertise* em inteligência (e contra-inteligência) e determinou aos funcionários que se abstivessem de receber “invasores de terra” e “movimentos sociais sem CNPJ” (HERMETO DE ALMEIDA, 2022) – entre outros militares ao longo da estrutura daquela instituição. Já na FUNAI houve o retorno do general Franklimberg Ribeiro de Freitas, que havia presidido o órgão durante o governo Temer e, tendo saído e prestado consultoria para a mineradora canadense Belo Sun durante breve hiato, assume novamente o órgão em 2019 (SODRÉ, 2019; FREITAS, 2022). Mas a volta de Franklimberg durou poucos meses, e por conta de pressões para aprovar atos normativos como a IN 09 (que proibia a suspensão de imóveis com sobreposições a Terras Indígenas no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)) tendo

sido substituído pelo delegado da polícia federal, Marcelo Xavier, que possuía histórico de colaboração com a bancada do agronegócio (INESC; INA, 2022). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) assistiram a pesadas alocações de militares entre suas diretorias e superintendências.

Ao passo que acontecia essa militarização dos órgãos, o ano de 2019 foi marcado pelo aumento vertiginoso dos índices de deterioração ambiental, desmatamento, mas em especial as queimadas ganharam destaque com o “Dia do Fogo” (MENEZES, 2022). O governo passava a encarar grande pressão, tanto a nível internacional, quanto interna, e foi nesse contexto que Bolsonaro editou o Decreto nº 9.985 de 23 de agosto de 2019 (BRASIL, 2019) que autorizava o emprego das FA em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (OpGLO) para contenção dos ilícitos ambientais. Entrava em cena a mais abrangente OpGLO até então, a Operação Verde Brasil (OVB1), que durou 61 dias. Em 2020, os índices ambientais continuaram a apresentar piora e uma nova OpGLO é lançada, a Operação Verde Brasil 2 (VB2). Naquele ano, porém houve uma mudança, não só a OVB 2 durou muito mais tempo (354 dias), como também houve a recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), sob direção do Vice-Presidente Hamilton Mourão. Operacionalmente, a OVB 1 teve seu processamento de informações gerido pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), parte da burocracia do SIPAM. Já a OVB 2 tem o contexto de ter se dado quando da criação do Grupo Integrado para Proteção da Amazônia (GIPAM), no âmbito do CENSIPAM, que contava com um servidor de outras instituições, com o CNAL como vértice do processo de coordenação. Como indicam Dominicis e Pantoja (2021):

O fluxo das ações de Geointeligência na OVB 2 se desdobrou em 5 fases. Na primeira fase, as demandas eram geradas pelo CNAL, órgãos federais, estaduais e municipais, baseadas nos sistemas e dados disponíveis nos âmbitos federal, estadual e municipal, e repassadas ao GIPAM. Na fase 2, através de um processo conjunto de análise e troca de dados com órgãos partícipes, eram produzidos relatórios semanais pelo GIPAM, que continham informações qualificadas sobre áreas ativas de desmatamento, definidos como pontos de interesse, e buscava-se identificar as áreas prioritárias para orientar a ação em campo, priorizando delitos em terras indígenas e unidades de conservação. Na fase 3, o relatório era remetido ao CNAL, ao Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), e aos órgãos federais, estaduais e municipais, por intermédio da Subcomissão de Integração de Sistemas. Ainda nesta fase, as áreas e ações prioritárias ao enfrentamento em campo eram estabelecidas. A partir da fase 4, os Comandos Conjuntos eram acionados para prestarem o apoio necessário na sua respectiva área de atuação com as ações de logística, preparo,

comando e emprego. Finalmente, na fase 5, após realizadas as atividades em campo, estava prevista uma realimentação do processo. (DEMINICIS; PANTOJA, 2021, p. 25).

De acordo com o major engenheiro Bezerra (2022), em seu trabalho na ECEME, a OVB 1 absorveu R\$ 86 milhões e a OVB 2, R\$ 410 milhões; segundo ele “[o]s custos da operação em um primeiro momento podem parecer alto, mas vale salientar que, a utilização de mão de obra dos militares reduz significativamente os gastos desse tipo de operação. Caso não houvesse o envolvimento das forças singulares, recursos teriam que ser realocados para contratação de mão de obra, locação de aeronaves, veículos para transportes, etc” (BEZERRA, 2022, p. 48). A conclusão de Bezerra é que essas operações contribuíram para a “preservação do meio ambiente, fortalecendo a credibilidade das Forças Armadas junto à população brasileira e projetando o Brasil perante a comunidade internacional” (BEZERRA, 2022, p. 52). Primeiramente, esses números relativos aos custos são controversos, Dominicis e Pantoja (2021) indicam valores de aproximadamente R\$ 124 milhões e R\$ 379 milhões, respectivamente para OVB 1 e OVB 2. Além do que, a percepção – note-se: uma percepção militar – contrasta em muito com a de outros pesquisadores “civis” (ou não), vejamos o que levantaram Dominicis e Pantoja (2021), em seu trabalho apresentado na Escola Superior de Guerra (ESG):

Ao comparar o desempenho da fiscalização do desmatamento realizada pelo Ibama nos anos de 2019 e 2020, a partir das análises de custo-benefício e de custo-efetividade, os dados preliminares apresentados pelo autor indicam que podem ter sido de aproximadamente 10 e 50 vezes (respectivamente) inferiores aos de períodos anteriores. Deste modo, devido à elevação no gasto público, redução das autuações ambientais e aumento das taxas de desmatamento no período das Operações Verde Brasil 1 e 2, a estratégia adotada tal como implementada mostrou-se inadequada para reduzir o desmatamento na região amazônica. (DEMINICIS; PANTOJA, 2021, p. 23).

Há também uma disputa em relação aos índices ambientais: enquanto instituições como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) apontavam o aumento constante dos índices gerais de desmatamento entre 2019 a 2022 (Gráfico 1), o EB indicava uma queda proporcional de 2019 para 2020 (Figura 1).

Gráfico 1: SAD Desmatamento acumulado janeiro a setembro

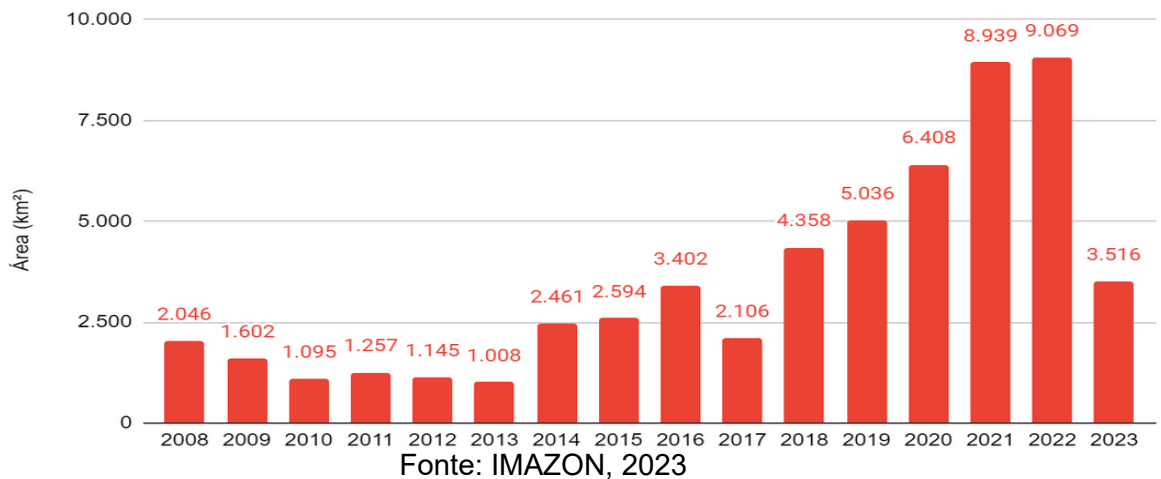


Figura 1: Evolução do desmatamento de 2019 a 2021

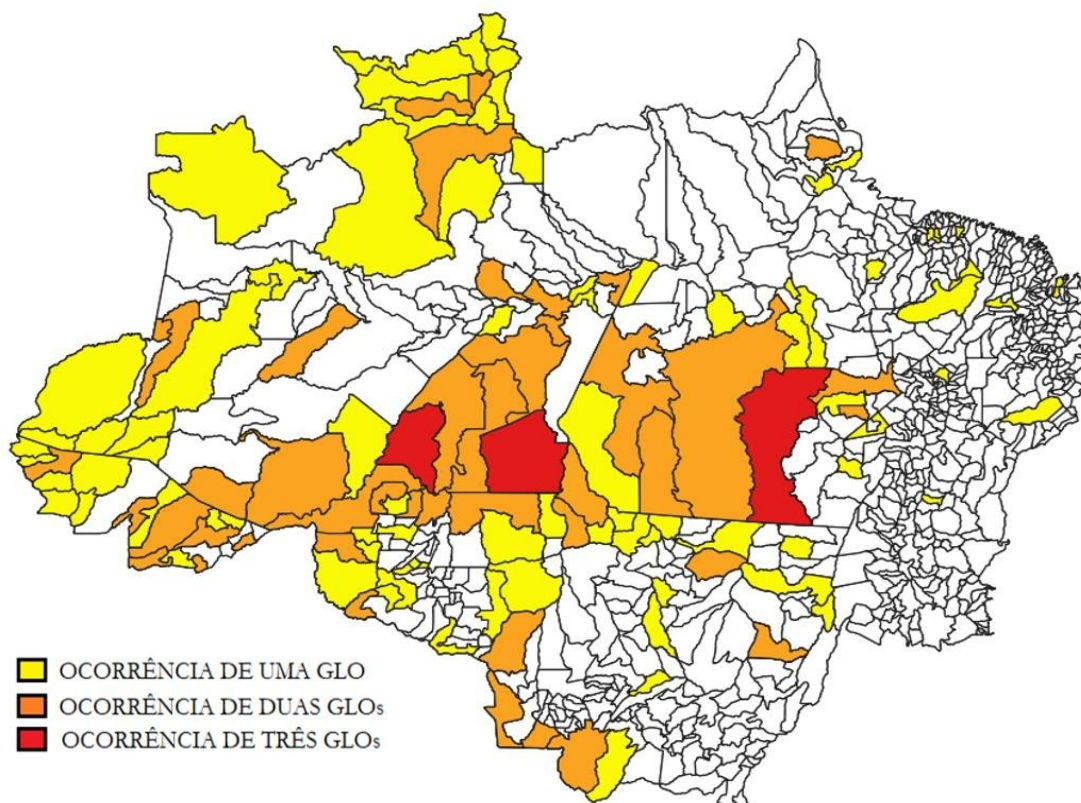


Fonte: BRASIL, 2021 *apud* BEZERRA GOMES, 2022, p. 38.

Em 2021, após duas edições de OpGLO “em prol da conservação ambiental”, a situação do desmatamento, segundo o IMAZON ainda se deteriorava. Nesse contexto, foi decretada a OpGLO Operação Sumaúma, com escopo bem mais reduzido e focalizado

sobre Terras Indígenas, UCs federais e propriedades da União. O mapa a seguir (Mapa 1) indica a intensidade da incidência de OpGLO no agregado de OVB 1, OVB 2 e Sumaúma.

Mapa 1: Distribuição das GLOs Verde Brasil 1 e 2 e Sumaúma por município da Amazônia Legal



Fonte: Elaboração do autor, com base nas informações obtidas via FalaBr, requerimentos nº 60110.002483/2023-66 e 60110.002807/2023- 66¹

Cabe tecer três considerações quanto a esse mapa:

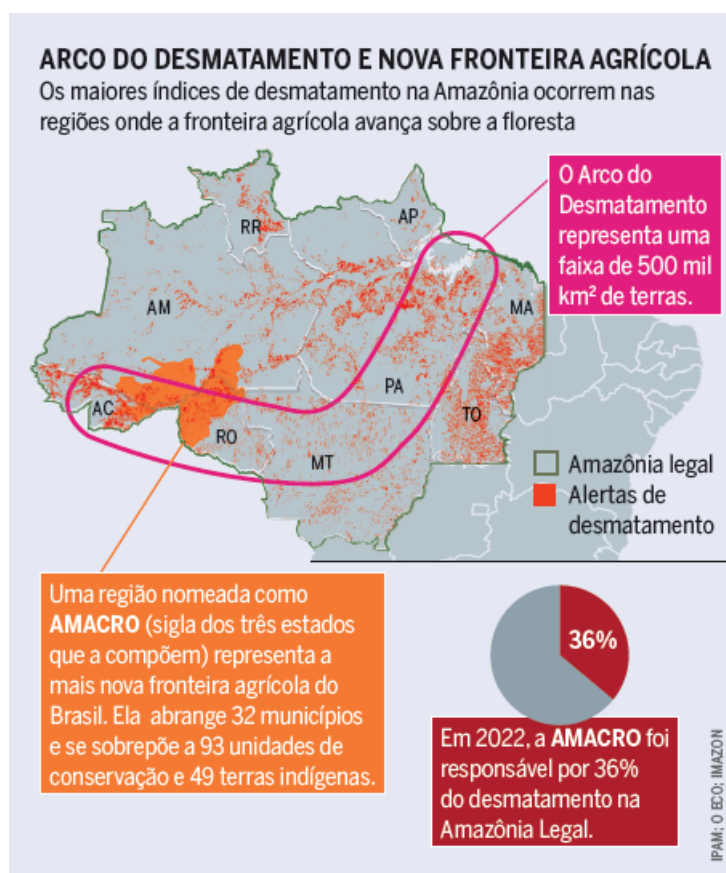
1) As referidas OpGLO representam uma incidência militar sobre um extenso território. De acordo com as informações obtidas do Ministério da Defesa, houve municípios em que a operação chegou a durar um dia (em outros casos, como de Novo Progresso/PA, o MD informa que as atividades da OVB 2 duraram 18 meses: mais do que a duração da própria OVB 2). Dessa forma, constata-se o fenômeno da encenação da presença do poder central pela sua dispersão (LIMA, 1995); uma encenação que, mesmo às custas da eficácia

¹ Observe-se que algumas das localidades indicadas pelo Ministério da Defesa não correspondem a municípios. Algumas são UCs, outras não o são e não constam na lista de municípios da Amazônia Legal.

desta presença, projeta uma dada instituição enquanto representante do Estado, angariando prestígio junto à população, mas também frente às demais instituições do Estado na disputa por recursos. Por outro lado, a partir da OVB 1 e no lastro das OpGLO que se seguiram, estados como o Amazonas lançaram suas próprias operações “inter-agências”, como as Operações Curuquetê 1 e 2 (2019 e 2020) e Tamoiotatá 1, 2, 3, 4 e 5 (2021 a 2025), que inclusive ultrapassam a vigência das OpGLO às quais estavam articuladas. Observa-se com isso uma “cadeia tutelar” (RAMOS, 2002), em que o poder central capilariza seus mecanismos de controle.

2) É possível observar um “cinturão” laranja (com a incidência de duas OpGLO) onde também aparecem as manchas vermelhas (três incidências de OpGLO, correspondendo a Apuí/AM, Humaitá/AM e São Félix do Xingu/PA) que corresponde a um deslocamento do “Arco do Desmatamento” (um exemplo de retratação do Arco do Desmatamento consta da Figura 2), uma vez que coincide com este em alguns pontos (como parte Pará e Mato Grosso, ou na região “AMACRO” – [sul do] Amazonas, Acre e Rondônia), mas também já apresenta um avanço em relação a este Arco do Desmatamento consolidado.

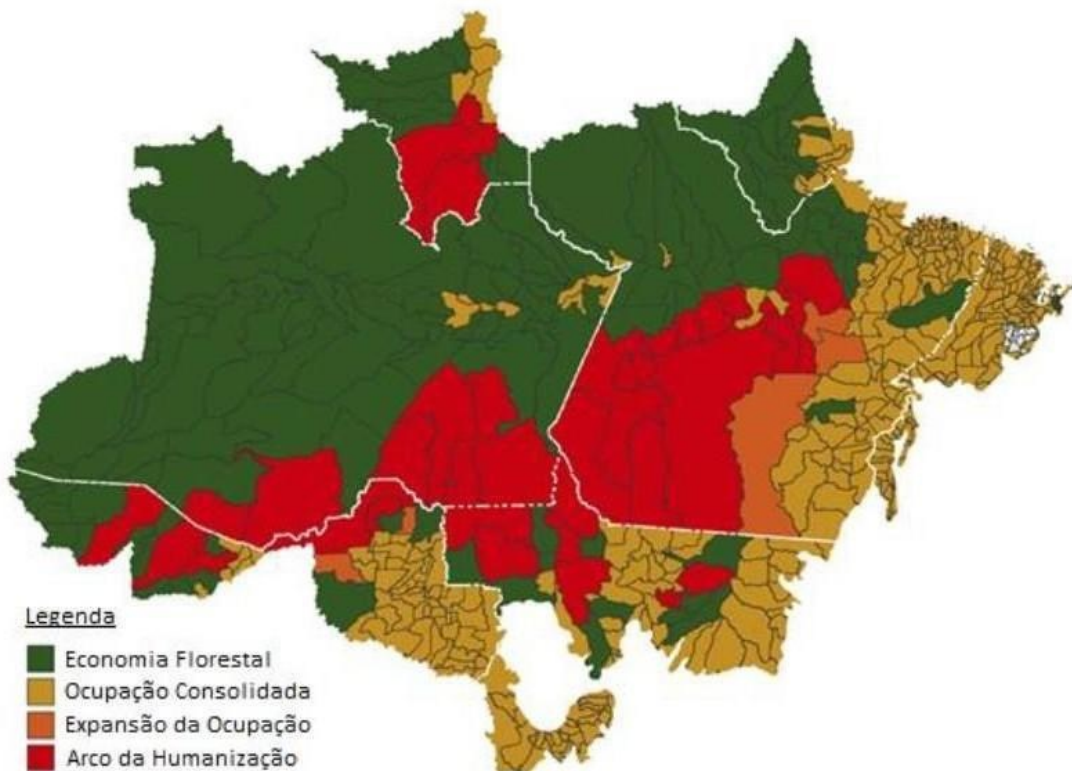
Figura 2: Arco do Desmatamento



Fonte: MICHALSKI, 2025

3) O Mapa 1 ganha uma outra conotação, por sua larga correspondência, quando comparado ao Mapa 2, extraído de um documento intitulado “Plano Amazônia 2021-2022” elaborado pelo CNAL sob a direção do general Hamilton Mourão.

Mapa 2: Plano Amazônia 2021-2022 – tipos de áreas



Fonte: CNAL (BRASIL, 2021)

No Plano do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), constata-se um zoneamento da Amazônia, realizado sem participação popular, no qual a região é dividida em quatro categorias/zonas: de economia florestal; de ocupação consolidada; de expansão da ocupação; e “Arco da Humanização”. Sem definir precisamente o que significaria cada uma delas, o Plano determina um tipo de zoneamento por município, alguns deles constando dentre os maiores do Brasil. No que tange a “economia florestal”, não há modulações sobre diferentes vocações, ou mesmo de programas para o incremento desse alegado potencial. As categorias de ocupação, consolidada ou em expansão, parecem negar também a economia florestal, logo, destinadas ao que a legislação brasileira configura como “usos alternativos do solo”: agropecuária, mineração, em suma, aquelas na qual o uso implica a supressão da vegetação (apesar das previsões de Reserva Legal na Amazônia fixarem um mínimo de 80% sobre as áreas dos imóveis). A mais emblemática

categoria, no entanto, é a “humanização”. O Plano opera uma reconfiguração semântica do Arco do Desmatamento, implicitamente assumindo que há áreas desumanizadas (ou desumanas), o que implica em desumanizar as populações que nelas habitam, não contempladas no *status* humano. Há uma parte da humanidade eleita para representar o seu todo, algo que remete à ideologia em Marx e Engels (2002, p. 48-50), a capacidade da classe dominante de produzir a percepção de que suas ideias, e particularmente seus interesses, correspondem ao interesse geral, à universalidade. Por outro lado, há também uma releitura da “Terra sem homens” e da “malha programada” amazônica da ditadura, muito embora esta malha seja atualizada de maneira muito mais simplista, sem a ampla gama de programas e setorializações anterior. Com isso, o Plano naturaliza o movimento de deslocamento e expansão do Arco do Desmatamento, ao substituir (e igualar) desmatamento com humanização.

Acrescente-se a isso uma iniciativa oficial do governo federal envolvendo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e os estados da região AMACRO para a criação da “Zona de Desenvolvimento Sustentável dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia (AMACRO)”, lançada em 2021 (BRASIL, 2021). A iniciativa já vinha sendo apresentada pela EMBRAPA desde 2019 (MIRANDA, 2021, p. 173), e previa “estabelecer um cinturão de proteção da floresta oferecendo alternativas para os desafios socioeconômicos da população, potencializando as vocações produtivas e econômicas locais, assim como os recursos humanos” (BRASIL, 2021c). Como “explicou” o Secretário de Produção e Agronegócio do Acre:

“Espera-se que esta iniciativa sinalize para uma mudança real de rumo da economia da região sem descuidar da sustentabilidade, ofereça oportunidades à intensificação do uso da terra, sendo ponto de partida para que a diversidade de produtos economicamente viáveis seja efetivamente explorada” (CASTRO, 2021b).

A região, entre 2018 e 2022 já era responsável por aproximadamente 76% do desmatamento dos três estados que a compõe (CHAVES et al., 2024). Embora portais como o InfoAmazônia apontem para uma redução dos índices de “38% no desmatamento, passando de 1.847 km² desmatados em 2023 para 1.144 km² em 2024” (HIROTA; PASSOS, 2024), constata-se que boa parte do desmatamento na região concentra-se na

margem das estradas, agravado com a reconstrução da BR-319 (FEARNSIDE, 2025), apesar da ausência de estudos que realizem um balanço do Projeto AMACRO.

Coincidentemente, em 2022, organizações como o Instituto Federalista, Instituto Sagres (2022) e Instituto Villas Bôas lançaram o documento intitulado “Projeto de Nação: o Brasil em 2035”, que contou com apoio das FA para circulação de questionários entre oficiais militares e outros aliados, com lançamento na sede da Associação de Poupança e Empréstimo do Exército (POUPEX) e presença de autoridades como Hamilton Mourão (GODOY, 2022). O Projeto prevê entre eixos propositivos, “visões” de futuro e possíveis obstáculos, a centralidade do agronegócio como indutor do desenvolvimento, a expansão da mineração de maneira que o setor contribua para 10% do PIB, o avanço da “bioeconomia” e a “integração” da Amazônia, o corte dos gastos públicos e a neutralização das expressões e conflitos “ideológicos” na sociedade (SAGRES, 2022)²; Mais do que um projeto que planeja e orienta para a transformação no futuro, tratava-se de uma projeção exponencial das práticas da atualidade como tendência; uma futurologia do tempo presente baseada em uma concepção autoritária que, em última instância, endossa as proposições como as do Plano do CNAL enquanto visionárias.

Se, por um lado, o governo Bolsonaro promoveu a expansão da fronteira agroextrativista, como registramos acima, por outro lado, cabe observar também os movimentos que operou no sentido de intensificar os processos de financeirização da natureza. Além de projetos como “Adote um Parque” promovido pelo MMA – em que “adotantes”, ao doarem dinheiro, poderiam utilizar-se da logomarca dos parques públicos e neles exporem as suas logomarcas, além da previsão de uso de áreas do parque para atividades eventualmente contempladas no plano de manejo – cabe chamar atenção para outros dois fenômenos: o primeiro sendo o crescimento considerável da inclusão de UCs e florestas públicas no “Programa de Parcerias e Investimento” (PPI) e/ou no Programa Nacional de Desestatização (o “PND” da privatização) para concessões. O segundo se trata da Medida Provisória nº 1.105, de 17 de março de 2022 (Brasil, 2022), um dos últimos atos de Jair Bolsonaro na presidência que não só permitiu a emissão de créditos de carbono a partir de florestas públicas, como tornou possível que o BNDES credenciasse *fintechs* privadas para a gestão de uma série de “ativos” emitidos a partir dessas florestas públicas. A MP sofreu algumas alterações na sua redação quando da tramitação pelo Congresso e

² Um amplo panorama analítico do *Projeto* pode ser consultado na obra organizada por Manuel Domingos Neto (2022)

foi sancionada já por Lula em 2023, mantendo, basicamente, sua estrutura. Nesse ponto, o governo Bolsonaro parece ter efetivado alguns dos efeitos do que o general Golbery do Couto e Silva (1981, p. 28) chamou de “aproximações sucessivas” com as quais vai se estabelecendo “premissas básicas” em uma “amarração do conjunto, a servidões e condicionamentos recíprocos”, em que os atores, ao se movimentarem, passam a ocupar e/ou avançar posições que condicionam ou obstruem o movimento dos demais. Não à toa, observa-se que crescem os litígios entre as Unidades Federativas no que toca a emissão de créditos de carbono (G1, 2025).

Ainda, é pertinente ressaltar a necessidade de aprofundar como o processo da militarização da política, observado durante o governo de Bolsonaro, se dá simultaneamente às vinculações que vão se estabelecendo entre militares e iniciativa privada no movimento do desenvolvimento capitalista brasileiro. Apesar de tal investigação extrapolar imensamente o escopo do presente artigo, aquilo que se consagrou chamar de “porta-giratória”, apesar de não constituir algo novo, já tendo sido fartamente registrado por Dreifuss (1981), ou comentado por Martins (2017), se atualiza e apresenta um desafio constantemente renovado.

É possível observar movimentos de membros das corporações militares indo de setores mais convencionais, como a mineração, até aqueles mais inusitados, como o mercado de créditos de carbono. No caso da mineração é possível identificar militares (ou civis que cumprem funções muito próximas) em representações patronais como Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), com Raul Jungmann na presidência e o general Azevedo e Silva na vice-presidência. Ambos foram ministros da defesa, de Temer e Bolsonaro, respectivamente. O caso da mineradora Belo Sun concentra (ao menos) dois generais em atividades de consultoria, o general Cláudio Barroso Magno Filho e o general Franklimberg (já comentado anteriormente, que ocupou por duas vezes a presidência da FUNAI: FREITAS, 2022; SODRÉ, 2019). Já na área da “economia verde”, de recente ingresso dentre os militares brasileiros, destaca-se desde os painéis e discussões levantadas por Raul Jungmann e o general Sérgio Etchegoyen, fundadores do Instituto Soberania e Clima (vinculado ao Instituto de Reforma das Relações Estado-Empresa – IREE), em que promoviam a aproximação e o “diálogo” entre pesquisadores, ONGs e outros representantes da sociedade civil com militares. Já o general Cláudio Barroso Magno, ao passo que atuava com consultoria para mineração, compôs o quadro acionário da empresa *Free Trees* de consultoria de créditos de carbono, junto a outros quatro militares que estiveram em cargos comissionados em diferentes posições ao longo do governo

Bolsonaro. Dois deles, os coronéis reformados Rezende Guimarães Filho e Danilo Mitre Filho foram superintendentes do IBAMA no Amazonas e Pará, respectivamente. Já Guimarães Filho e o coronel Manoel Fernandes Amaral Filho assumiram cargos na SUFRAMA (OLIVEIRA, 2023). A eles somou-se o coronel Carlos Roberto Sucha, que trabalhou na Assessoria de Temas Institucionais da Vice-Presidência da República. Sucha, Mitre Filho e Guimarães Filho constariam entre os “kids pretos”, grupo envolvido no plano “Punhal verde e amarelo” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2024).

Outro caso emblemático é o do capitão de mar e guerra Márcio Eduardo de Oliveira Duarte cuja monografia de conclusão do curso da Escola Superior de Guerra, intitulada “O ambientalismo e seu impacto na soberania nacional”, percorre um rápido percurso do globalismo que tem no ambientalismo uma arma contra a civilização ocidental cristã. Oliveira Duarte trabalhou no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) entre 2021 e 2023, quando então ingressou na empresa REDDA+, ligada a serviços ambientais³. O “ambientalismo” que impacta a soberania nacional parece ser aquele que não está subordinado ao mercado, ou ao menos a um mercado que não está em sintonia com a caserna.

Esses são somente alguns exemplos pontuais de como o alto oficialato das FA disponibiliza às elites (e com isso as seleciona) seu prestígio e acesso a contatos nos corredores da burocracia estatal construídos ao longo de suas carreiras (MARTINS, 2017; LEIRNER, 1997), e que os novos circuitos de financeirização da natureza – novas fronteiras de acumulação do capital – também estão apresentando uma reprodução destes padrões de ação militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos, ao longo do artigo, uma genealogia dos planos, ações e formas de ocupação concebidas pelos militares para a Amazônia. Tomando como referência de destaque os planos da ditadura militar, da “malha programada”, cabe indagar como as atuais planificações militares divergem - em vários sentidos – mas também convergem nos métodos empregados para a governança e planejamento da Amazônia observados ao longo do governo Bolsonaro, seja na ausência de participação popular seja junto ao

³ Dado obtido por meio de seu perfil em mídias sociais

Conselho de Segurança Nacional ou ao CNAL; mas principalmente pela atualização do nexo desenvolvimento-segurança nacional e na reconfiguração dos inimigos internos.

Ao eleger, enquanto inimigos, os movimentos sociais, em particular aqueles ligados ao ambientalismo, aos povos indígenas e à reforma agrária, envidando esforços para sua neutralização no aparato estatal, simultaneamente promoveu-se políticas de expansão da fronteira agroextrativista – mas também da mercantilização da natureza – cujas expressões mais explícitas são identificáveis na região amazônica. Essas políticas avançaram marcos que, em muitos casos, estabeleceram novos paradigmas de governança da natureza e do território.

Note-se que o padrão de ação militar na Amazônia passou por considerável transformação. Se na ditadura promoveu-se a criação de Unidades de Conservação de uso integral sob a tutela do Estado – mesmo que como resposta às pressões internacionais e como meio de controle dos fluxos populacionais e do território –, no período de militarização mais recente observou-se a suspensão da criação de espaços territoriais especialmente protegidos e a aceleração de processos de desestatização e concessão para a iniciativa privada destes espaços já existentes. Por outro lado, já no período da redemocratização, houve uma mudança significativa no significado atribuído à Amazônia no interior das FA, na carreira e na sociabilidade experienciada na caserna. Se o nexo desenvolvimento-segurança se dava preponderantemente com o fomento da ocupação econômica dos “vazios demográficos” pelas “frentes de expansão” e “frentes pioneiras” (MARTINS, 1996), na redemocratização a presença efetivamente militar seria priorizada com a proliferação de batalhões e a eventual criação do Comando Militar do Norte. Não que o desenvolvimento tenha sido preterido no nexo, muito pelo contrário, mas o polo segurança nacional – enquanto presença militar – parece ter ganhado maior relevância: vide que a malha programada se tornou mais genérica, ganhando preponderância o comando e controle militar direto via iniciativas como o Calha Norte, SIVAM/SIPAM, a Operação Ágata, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON, que apesar de abranger a fronteira oeste, demonstra a expansão dos mecanismos de controle militar das “margens” e uma novo “topologia das ameaças” (MONTEIRO, 2021)).

Por fim, de maneira tópica, coube ilustrar algumas das relações “inusitadas” que o alto escalão militar vem tecendo com as elites econômicas, seja do grande capital minerário – dando continuidade à reprodução da vocação da Amazônia como manancial de recursos para o extrativismo – como de novos circuitos de acumulação, em um estágio do capitalismo que as fronteiras funcionam como duplo fator de valorização do valor, tanto

pelas rendas da terra, como pelas métricas de carbono, medidas e monitoradas por sistemas informacionais e georreferenciais, em ativos financeiros que têm o preço aumentado exatamente pelo risco de desmatamento que apresentam. Vimos aqui casos em que os militares envolvidos em ambas as atividades, extrativismo e conservação via mercado, se confundem, indicando um grande potencial destes oficiais para a previsão e gestão (ou quem sabe, promoção?) dos riscos – uma profecia autorrealizável: uma mina de ouro, ou de carbono.

Portanto, este artigo objetivou trazer alguns dos achados de uma pesquisa de doutorado em curso: mapeamentos, inquietações e hipóteses a serem compartilhadas com a comunidade científica e demais leitores em uma tentativa de fazer convergir e contribuir tanto para o campo de estudos socioambientais, como para campo de estudos sobre militares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. GETAT: a segurança nacional e o revigoramento do poder nacional. Rio de Janeiro: Comissão Pastoral de Terra-Maranhão, 1980. Disponível em (15/10/25): <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/getat-seguranca-nacional-e-o-revigoramento-do-poder-regional>

BARRETO FILHO, Henyo T. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2001.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em (13/13/25): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1179.htm

BRASIL. Decreto nº 74.607, de 25 de Setembro de 1974 Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em (13/13/25): <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto nº 9.985, de 23 de agosto de 2019. Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem e para ações subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas da Amazônia Legal na hipótese de requerimento do Governador do respectivo Estado. Disponível em (13/13/25): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9985.htm

BRASIL. Medida Provisória nº 1.151, de 26 de dezembro de 2022. Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Disponível em (13/13/25): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/mpv/mpv1151.htm

BRASIL, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. MIDR recebe Programa Calha Norte em janeiro de 2025: para o ministro Waldez Góes, quase 100% do que o programa faz tem relação direta com o desenvolvimento regional. 2025. Disponível em (15/10/24): <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/midr-recebe-programa-calha-norte-em-janeiro%20de-2025>

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em (13/13/25): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm

BRASIL, Secretaria-Geral da Presidência da República. Presidente aprova expansão da área de atuação do Programa Calha Norte no Tocantins. 2021a. Disponível em (15/10/24):

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2021/dezembro/presidente-aprova-expansao-da-area-de-atuacao-do-programa-calha-norte-no-tocantins>

BRASIL, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Proposta inovadora para os desafios locais PROJETO PREVÊ A CRIAÇÃO DE UMA ZONA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA A intenção é ser modelo adaptável para outras áreas emblemáticas da região. 08/04/21b. Disponível em (15/10/25): <https://www.gov.br/sudam/pt-br/release-amacro>

BRASIL, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. A Sudam e o Projeto AMACRO: Projeto da Zona de Desenvolvimento Sustentável dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia. 12/04/21c. Disponível em (15/10/25): <https://www.gov.br/sudam/pt-br/noticias-1/a-sudam-e-o-projeto-amacro>

BRITO, Ricardo B.. A Formação da Classe Média Rural: A Política de Colonização da Ditadura Empresarial-Militar . Dados, v. 68, n. 1, p. e20220182, mar. 2025.

CASTRO, Celso. General Villas Bôas: conversa com o comandante. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2021a.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). Militares e política na Nova República. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CASTRO, João Paulo. Governo participa de reunião sobre criação de zona de desenvolvimento entre Amazonas, Acre e Rondônia. [s/l]: Agência de Notícias do Acre, 05/03/21b. Disponível em (15/10/25): <https://agencia.ac.gov.br/governo-participa-de-reuniao-sobre-criacao-de-zona-de-desenvolvimento-entre-amazonas-acre-e-rondonia/>

CHAVES, Michel ED et al. AMACRO: the newer Amazonia deforestation hotspot and a potential setback for Brazilian agriculture. Perspectives in Ecology and Conservation, v. 22, n. 1, p. 93-100, 2024.

DEMINICIS, Luciene da S. PANTOJA, Nara V. A importância da geointeligência nas operações interagências na Amazônia em prol da defesa nacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Altos Estudos de Defesa). Brasília: Escola Superior de Defesa, 2021

DIEGUES, Antonio C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DINIZ, Eugênio. Um diálogo de surdos: o projeto calha norte. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 87-116, 1994.

DOMINGOS NETO, Manuel (org.). Comentários a um delírio militarista. Fortaleza: Gabinete de leitura, 2022.

DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FEARNSIDE, Philip C et al. A Avaliação Ambiental Estratégica da BR-319: 1- a AAE e os impactos da rodovia. [s/l]: Amazônia Real, 15/10/25. Disponível em (15/10/25): <https://amazoniareal.com.br/a-avaliacao-ambiental-estrategica-da-br-319/>

FREITAS, Caio. Como o lobby de um militar da reserva favoreceu mineradoras canadenses na Amazônia. [s/l]: Agência Pública, 21/02/22. Disponível em (15/10/25): <https://apublica.org/2022/02/como-o-lobby-de-um-militar-da-reserva-favoreceu-mineradoras-canadenses-na-amazonia/>

G1. MPF pede suspensão imediata de projetos de carbono em unidades de conservação no Amazonas. [s/l]: G1, 14/10/25. Disponível em (15/10/25): <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/10/14/mpf-pede-suspensao-imediata-de-projeto-de-carbono-em-unidades-de-conservacao-no-amazonas.ghtml>

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na experiência da expedição Roncador-Xingú. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, v. 26, 2011.

GARCÍA, Antonio. Sociología de la reforma agraria em América Latina. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1972.

GODOY, Marcelo. A música que a banda toca. In: DOMINGOS NETO, Manuel (org.). Comentários a um delírio militarista. Fortaleza: Gabinete de leitura, 2022.

GOMES BEZERRA, Leonardo F. Operação Verde Brasil: ações de combate, prevenção e repreensão aos crimes ambientais. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

GROSSI, Marcelo M.M.; MEDEIROS, Marcelo A.L. Assédio institucional e cerceamento no Ministério do Meio Ambiente: a liminaridade do poder político e da burocracia especializada na proteção ao meio ambiente. In: CARDOSO Jr, Celso et al (org.). Assédio institucional no Brasil: Avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado, p. 764-789. Brasília: Associação dos Funcionários do IPEA, EDUEPB, 2022.

HERMETO DE ALMEIDA, Felipe. Reorientação e continuidades da militarização da questão agrária no Brasil. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 2, p. 611–642, 2022. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v9i2.38830.

HIROTA, Renata; PASSOS, Carolina. Prodes 2024: AMACRO tem queda de 38% no desmatamento e Roraima é único estado com alta na taxa. [s/l]: Infoamazonia, 11/12/24. Disponível em (15/10/25): <https://infoamazonia.org/2024/12/11/prodes-2024-amacro-tem-queda-de-38-no-desmatamento-e-roraima-e-unico-estado-com-alta-na-taxa/>

IANNI, Octavio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

IMAZON. Desmatamento na Amazônia é o menor dos últimos cinco anos, mas equivale a 1.300 campos de futebol por dia. 2023. Disponível em (06/09/24): <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-e-o-menor-dos-ultimos-cinco-anos-mas-equivale-a-1300-campos-de-futebol-por-dia/>

INA, Indigenistas Associados; INESC, Instituto de Estudos Socioeconômicos. Fundação anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro. Brasília, 2022. Disponível em (15/10/25): <https://inesc.org.br/fundacao-anti-indigena-um-retrato-da-funai-sob-o-governo-bolsonaro/>

LEIRNER, Piero. Amazônia e forças armadas: ideologia e ação política. In: D'ARAUJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas P. Forças armadas e política no Brasil republicano, volume 2 : a Nova República (1988-2018), p. 233-248. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

LEIRNER, Piero. Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEIRNER, Piero. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Editora Alameda, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. El estado de contrainsurgencia. Cuadernos Políticos n. 18, p. 21-29. México: Ediciones Era, 1978. Disponível em (15/10/25): <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1316>

MARQUES, Adriana A. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese (Doutorado em ciência política). São Paulo: USP, 2007.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. A política do Brasil: lúmpen e místico. Editora Contexto, São Paulo, 2017.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, 8 (1), p. 25-70. São Paulo: USP, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

MENEZES, Thereza Cristina C. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 41, p. 01-26, 2022.

MENNA BARRETO, Alberto L. A farsa Ianomami. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MIRANDA, Evaristo Eduardo. Os territórios da agropecuária brasileira: 40 anos de pesquisa e inovação. Campinas: Embrapa Territorial, 2021. Disponível em (15/10/25): <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1132103/1/5905.pdf>

MONTEIRO, Lício Caetano do R. Esperando os bárbaros: geopolíticas da segurança no Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

OLIVEIRA, Rafael. Militares ligados a Bolsonaro e Salles criam empresa de carbono após deixar governo. [s/l]: Agência Pública, 15/09/23. Disponível em (15/10/25): <https://apublica.org/nota/militares-ligados-a-bolsonaro-e-salles-criam-empresa-de-carbono-apos-deixar-governo/>

OLIVEIRA, Ananias; CARVALHO, Igor. 'Kids pretos', com membros envolvidos na tentativa de golpe, protagonizaram governo Bolsonaro; saiba quem são. São Paulo: Brasil de Fato, 19/11/24. Disponível em (15/10/25): <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/19/kids-pretos-com-membros-envolvidos-na-tentativa-de-golpe-protagonizaram-governo-bolsonaro-saiba-quem-sao/>

PONTES, Carlos José F. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os Soldados da Borracha. *South American journal of basic education, technical and technological*, v. 2, n. 1, 2015.

RAMOS, Jair S. Poder tutelar e formação do Estado brasileiro: o Serviço de Povoamento do Solo Nacional 1907-1918. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Nuap, 2002. Pp. 51-84. Disponível em: http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/05/gestar_e_gerir.pdf.

RANGEL, Ignacio. A questão da terra. *Revista de Economia Política*, v. 6, n.4, out./dez., 1986.

RIBEIRO, Nelson F. A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita.

SAGRES, Instituto. *Projeto de Nação: o Brasil em 2035*. Brasília: Instituto Sagres, 2022. Disponível em (15/10/25): <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/projeto-de-nacao-o-brasil-em-2035>

SANTOS JUNIOR, Roberto A. O. Economia do crime. In: COLARES, Couto Aiala et al. *Atlas da Amazônia brasileira*, p. 50-51. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung Brasil, 2025. Disponível em (14/10/25): https://br.boell.org/pt-br/atlas-da-amazonia#autores_e_artigos

SECRETO, María Verónica. A Ocupação dos "Espaços Vazios" no Governo Vargas: do "discurso do Rio Amazonas" à saga dos Soldados da borracha. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 40, p. 115-135, 2007.

SEIBT, Taís; RAMOS, Maria Vitória. Governo Bolsonaro tem 99 militares comissionados na gestão socioambiental. [s/l]: Achados e perdidos, 22/10/20. Disponível em (15/10/25): <https://www.achadosepedidos.org.br/na-midia/governo-bolsonaro-tem-99-militares-comissionados-na-gestao-socioambiental>

SODRÉ, Lu. General que assume Funai era contratado de mineradora em conflito com indígenas no PA. São Paulo: Brasil de Fato, 16/01/19. Disponível em (14/09/25): <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/16/general-que-assume-funai-era-contratado-de-mineradora-em-conflito-com-indigenas-no-pa/>

VELHO, Otavio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

NOTAS

HISTÓRICO –

RECEBIDO:22/10/2025
APROVADO:16/12/2025
PUBLICADO:18/03/2026

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: F. Hermeto de Almeida

Coleta de dados: F. Hermeto de Almeida

Análise de dados: F. Hermeto de Almeida

Discussão dos resultados: F. Hermeto de Almeida

Revisão e aprovação: A. P. Sobrenome

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO –

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER –

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.